

Pinto, L.F.: 1977

Os índios Suruí decidiram expulsar na semana passada o chefe do Posto Indígena da Funai na região, Carlos Barbosa. Não se sabe ainda os motivos que levaram os índios a expulsar um "civilizado" transferido para aquela área para, toricamente, protegê-los. Mas a unanimidade dos 65 Suruí em não mais permitir a permanência de chefe do posto (ato coletivo raro entre os índios) demonstra a crise atravessada há alguns anos por esse índios, localizados a 100 quilômetros de Marabá. Na terça-feira a FUNAI enviará uma equipe para ouvir os índios e instaurar um inquérito. Verificar a possível de funcionário e a revolta dos índios será suficiente para melhorar a vida dos Suruí?

#### FUTURO INCERTO PARA 4 MIL ÍNDIOS DO SUL DO PARÁ

A ocupação do Sul do Pará, onde está se instalando a maioria dos 140 projetos agropecuários aprovados pela Sudam para o Estado e onde começa a se configurar um polo de mineração a partir da exploração do ferro da Serra dos Carajás, destruirá as últimas seis mais representativas comunidades indígenas que ainda sobrevivem na Amazônia Oriental? Esta é uma dúvida cada vez mais angustiante entre antropólogos, sertanistas e simples observadores, que vêm com temor a crescente especulação de terras aproximar-se ou mesmo penetrar em áreas indígenas, poucas delas demarcadas e garantidas por lei.

#### A "CORRIDA" ÀS TERRAS

O fascínio criado em todo o país pelos municípios do sul do Pará — os recursos dos incentivos fiscais, a existência de alguma infraestrutura, a maior proximidade com a região centro-sul, as riquezas naturais existentes e o baixo preço das terras — desencadeou uma "corrida", da qual participam aventureiros, grileiros, pistoleiros e posseiros ao lado de pequenos, médios e poderosos grupos econômicos. Na Secretaria de Agricultura do Estado são apresentados diariamente dezenas de pedidos de compra de terras devolutas, demarcadas por critérios discutíveis ou absolutamente arbitrários.

A Secretaria não dispõe de um cadastro, não tem a menor informação sobre a situação atual das propriedades rurais e há muitos anos funciona com uma estrutura obsoleta e

corrompida. Atua totalmente desligada do Incra, Sudam, Ibdif e Funai, que possuem a propriedade de terras públicas e desenvolvem projetos específicos de desenvolvimento.

Nos últimos meses foram apresentados quatro requerimentos de terras localizadas no interior da reserva indígena de Gorotire e todos eles seriam homologados pela Secretaria de Agricultura se não houvesse uma denúncia do chefe do posto. Apesar disso, uma parte da área foi desmatada e alguns barracões foram construídos. A ocupação foi temporariamente suspensa mas não definitivamente cancelada porque até hoje a Funai não delimitou a área do Gorotire, situada no vale do rio Xingu e habitada por um grupo Kayapó que mantém contatos intermitentes com a civilização. Na margem direita do rio Xingu, onde além das reservas indígenas Gorotire e Kubenkranken, existe a reserva florestal de Gorotire, criada em 1961 mas nunca implantada, o Ministro do Interior, Rangel Reis, teria reservado uma grande área sem especificar a sua finalidade. Técnicos da Funai acreditam que o ato do Ministro visa facilitar a demarcação das reservas indígenas, mas é nessa área que se localizam muitos dos loteamentos.

#### SURUÍ: MAIS TERRA

Mais grave é a situação dos índios Suruí, que habitam uma área a 100 quilômetros de Marabá, cercada por grandes castanhais. Os Suruí, um grupo pertencente ao tronco linguístico Tupi, mantém contato permanente com os "brancos" há pelo menos duas décadas, embora essas relações sempre lhe tenham sido prejudiciais. Atualmente reduzidos a apenas 65 membros, eles não conseguem produzir alimentos suficientes para a sobrevivência e eram obrigados a empregar-se nas propriedades vizinhas para não morrerem de fome, até que a Funai instalasse um posto no rio Sororó. Antes dos contatos, constituíam uma comunidade bastante solidária, auto-suficiente e forte.

Em 1968 o governo federal decidiu interditar uma área para esses índios, situada nos municípios de Marabá e São João do Araguaia, de onde se extrai grande parte da produção de castanha-so-Pará, um dos principais produtos de exportação do Estado. Apesar da interdição destinar para os Suruí uma área de 1.630 quilômetros quadrados, quando a Funai começou a demarcar a reserva restringiu-se a pouco mais de 800 Km<sup>2</sup>, sem explicar as razões da diminuição. Elas talvez estejam na existência, a oeste das terras dos índios, dos melhores castanhais de toda a região, de propriedade de pessoas suficientemente confiantes para enviar diretamente ao Ministro do Interior telegramas de protesto ou denúncia sempre que os índios resolvem atravessar os novos limites impostos na demarcação.

Em janeiro do ano passado os índios decidiram extrair castanha em terras que ocupavam há muito tempo, mas que recentemente foram anexadas às propriedades dos donos de castanhais. Enquanto os Suruí afastavam pacificamente os castanheiros e ocupavam as terras os proprietários espalhavam até Brasília a notícia de invasão e violência. A FUNAI tentou uma conciliação, mas os donos de castanhais queriam concentrar os índios nas áreas mais pobres,

onde mesmo o cultivo de farinha é difícil. Indecisa, a Funai desestimulou os índios a tentar ocupar as antigas áreas e iniciou a demarcação de uma reserva que abrange metade do tamanho delimitado em 1968. Sem conseguir produzir alimentos e sem os castanhais, os índios têm um futuro sombrio pela frente.

### UMA EXPERIÊNCIA DESASTROSA

A experiência dos índios com as frentes econômicas nacionais, que começaram a penetrar em fins do século XIX pelo sul do Pará, tem sido desastrosa. O Plano de Desenvolvimento do Tocantins, da Sudam, demonstra que os confrontos estabelecidos epla sociedade nacional com as tribos indígenas do vale do Tocantins, á área mais habitada e cobuçada, “sempre se ligaram às ações de apropriação e de exploração das áreas recobertas por florestas habitadas por grupos tribais. As tentativas de atrair os índios para a convivência pacífica nos empreendimentos econômicos, ou os atos agressivos contra os mesmos, objetivando afastá-los dos territórios a serem explorados, foram práticas que repercutiram negativamente nas sociedades indígenas, levando-as à desorganização e à descaracterização cultural”.

Apesar dessa constatação, o Plano sugere exatamente o contrário do que pareceria lógico: ao invés de tentar proteger fisicamente cada grupo e sustentar o que ainda resta de sua caracterização cultural, ele propõe a criação de uma reserva indígena única que reúna todos os grupos indígenas do Médio Tocantins, “cuja situação legal das terras, efetivamente ocupadas, está a exigir medidas urgentes”. As atuais reservas e áreas interditadas seriam extintas e todos os grupos transferidos para uma única reserva, numa área de 800 mil hectares ao sul da Serra dos Carajás.

Essa transferência liberaria para a exploração econômica terras muito férteis e valorizadas que pertencem histórica e legalmente aos índios. Violentaria direitos adquiridos, pois uma das áreas habitadas pelos índios Gaviões lhes foi doada por particulares e não através do Governo Federal ou qualquer outro organismo oficial (não é, portanto, uma reserva pertencente ao Patrimônio Indígena e sim uma propriedade particular dos índios). Além disso, tribos historicamente inimigas e inconciliáveis, como os Suruí e os Xikrin, seriam obrigadas a conviver compulsoriamente, em mais uma “descaracterização cultural” que o Plano condena no passado.

Os índios deixariam áreas habitadas secularmente para ocuparem uma extensão de boas dimensões mas nova, estranha e de difícil exploração. A região dos Carajás tem um solo pobre, muitas elevações e uma floresta compacta heterogênea. Localizados às proximidades da mina de ferro, os índios dificilmente estariam protegidos da curiosidade ou da cobiça das frentes econômicas, especialmente porque há grandes perspectivas para a expansão da mineração com a descoberta de novas jazidas, atualmente em pesquisa.

Assim, para os quatro mil Kayapó, Assurini, Gavião, Parakanan, Xikrin e Suruí o futuro

reserva um destino semelhante ao do passado: obrigada a fazer constantes imigrações, envolvida em conflitos intertribais e cisões internas, sofrendo expedições punitivas e a contaminação de doenças ao contato com os civilizados, a maioria dos grupos tribais do sul do Pará foi extirpada, tomou-se dependente ou ficou reduzida a uma marginalidade difícil de romper. Antes que os estudos etnológicos sejam feitos para permitir a avaliação das organizações sociais e das culturas dos grupamentos indígenas que sobreviveram, eles estão ameaçados de desaparecer completamente. Com a omissão geral, essa ameaça tornou-se cada dia mais concreta.

(Abril, 1975)